

Prioridade para aplicações sociais

por Cesar Borges
de Brasília

Excluindo do orçamento fiscal (Cr\$ 420,6 trilhões) a parte relativa a compromissos financeiros e os gastos com pessoal, o orçamento de prioridades do governo para 1986 está estimado em Cr\$ 219,682 trilhões, uma taxa nominal de crescimento de 183,8% em relação a neste ano. Desse total, a área social recebe Cr\$ 63,963 trilhões, em relação a Cr\$ 16,505 trilhões previstos para serem executados este ano, revelando um crescimento nominal de 287,5%. Diante do orçamento global, de Cr\$ 656,1 trilhões, as prioridades sociais representam menos de 10% do total.

O setor mais bem aquecido com recursos fiscais para o próximo ano foi a educação. Embutida na destinação prevista na emenda João Calmon (que prevê a dotação de 13% dos recursos arrecadados pela União, descontadas as transferências a estados e municípios para a educação), que garante Cr\$ 27,976 trilhões ao setor, Cr\$ 15,670 trilhões estão contidos nas prioridades sociais de governo para atender a estudantes carentes do primeiro e segundo graus. Esse aporte de recursos para 1986 revela um crescimento nominal de 315% sobre os Cr\$ 3,776 trilhões do orçamento deste ano.

Os Cr\$ 27,976 trilhões alocados à educação tornam-

se relevantes, conforme destacou o ministro do Planejamento, João Sayad, na última sexta-feira, se for levado em consideração que "a margem de manobra para alocação desses recursos foi muito reduzida", disse Sayad, destacando que "foi feito um esforço muito grande, levando-se em conta que a margem de manobra era de Cr\$ 80 trilhões".

O segundo ministério mais bem atendido dentro das prioridades sociais do governo para 1986 foi o do Interior. Excluindo Cr\$ 1,166 trilhão já alocado dentro do programa de emergência, o Ministério do Interior terá em 1986 Cr\$ 13,140 trilhões, um crescimento nominal de 322% sobre a dotação deste ano, de Cr\$ 3,113 trilhões. Do total previsto, contudo, cerca de Cr\$ 10 trilhões serão transferidos para o orçamento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

O Ministério da Saúde vem em seguida, com uma dotação orçamentária para seus programas de prioridades sociais de Cr\$ 9,742 trilhões, revelando um crescimento nominal de 282,1% sobre os recursos obtidos neste ano, Cr\$ 2,550 trilhões.

O Ministério dos Transportes terá Cr\$ 9,045 trilhões, 220,1% a mais que este ano, quando obteve Cr\$ 2,826 trilhões. Além disso, mais Cr\$ 8 trilhões do Fundo de Marinha Mercan-

te vão engordar os recursos do ministério na área prioritária.

O maior crescimento orçamentário, dentro das prioridades sociais do governo para o ano próximo é referente ao Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário. Dos Cr\$ 277 bilhões de seu orçamento provisório montado para este ano, o ministério terá um aumento substancial para 1986, de Cr\$ 2,330 trilhões, um crescimento nominal de 741,3%.

Outro ministério novo no Programa de Prioridades Sociais para 1986 é o do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. Seu orçamento provisório deste ano foi estipulado em Cr\$ 1,170 trilhão. Com um crescimento nominal de 232,8%, o novo orçamento alcança Cr\$ 3,897 trilhões.

Os dois ministérios cujas dotações orçamentárias de prioridades sociais previstas para 1986 tiveram o menor crescimento relativo foram o da Justiça e o do Trabalho. O primeiro, que neste ano garantiu Cr\$ 155 bilhões, teve um crescimento nominal de 181,9% ao obter Cr\$ 437 bilhões para o ano que vem. O segundo, que obteve Cr\$ 179,7 bilhões no exercício de 1985, conseguiu Cr\$ 469 bilhões para o próximo ano, com um crescimento nominal de 161% — praticamente nulo, se levarmos em conta a taxa de inflação média usada na composição do orçamento, de 160%.